



## CÂMARA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU | ES

### AUTÓGRAFO DE LEI Nº 065/2025 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

Institui a política de apadrinhamento afetivo de crianças e adolescentes no município de Baixo Guandu/ES, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Baixo Guandu/ES APROVOU e ele SANCIONA a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 1º** Fica instituída, no âmbito do Município de Baixo Guandu/ES, a Política Municipal de Apadrinhamento Afetivo de Crianças e Adolescentes em situação de acolhimento institucional ou familiar, como instrumento de promoção da convivência familiar e comunitária, nos termos do art. 19-B da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

**Art. 2º** O Apadrinhamento Afetivo consiste no estabelecimento de vínculo voluntário e continuado entre pessoas da comunidade e crianças ou adolescentes acolhidas, visando à oferta de suporte afetivo, moral, social, educacional e, quando possível, material, sem que haja criação de vínculo jurídico de filiação ou substituição à adoção.

**Art. 3º** São diretrizes da presente Política:

I – o fortalecimento da rede de proteção social e afetiva da criança e do adolescente em acolhimento;

II – a prioridade à convivência familiar e comunitária como direito fundamental;

III – a promoção do desenvolvimento integral da criança e do adolescente;

IV – a atuação articulada com o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente;

V – a atuação sob acompanhamento técnico e autorização judicial.





## CÂMARA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU | ES

---

### CAPÍTULO II – DOS BENEFICIÁRIOS E DAS PRIORIDADES

**Art. 4º** Poderão ser beneficiários do programa crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional ou familiar no Município de Baixo Guandu/ES.

**Parágrafo único.** Terão prioridade no programa aqueles que:

- I – tenham sido destituídos do poder familiar;
- II – apresentem remotas possibilidades de reintegração familiar ou adoção;
- III – integrem grupos de irmãos;
- IV – tenham algum tipo de deficiência;
- V – estejam em acolhimento há longo período;
- VI – estejam próximos da maioridade.

### CAPÍTULO III – DOS PADRINHOS E MADRINHAS

**Art. 5º** Poderão atuar como padrinhos ou madrinhas pessoas físicas que preencham os seguintes requisitos:

- I – ter idade mínima de 18 (dezoito) anos e, no mínimo, 16 (dezesesseis) anos a mais que o afilhado;
- II – residir no Município de Baixo Guandu/ES;
- III – não estar inscrito em cadastros de adoção para o perfil do afilhado;
- IV – não possuir antecedentes criminais por crimes dolosos com pena superior a 4 (quatro) anos;
- V – não ter sido destituído ou suspenso do poder familiar nos últimos 5 (cinco) anos.

**Art. 6º** São deveres dos padrinhos ou madrinhas:

- I – participar de oficinas de capacitação e reuniões com a equipe técnica;
- II – prestar suporte afetivo e educacional ao afilhado, respeitando os limites acordados;





## **CÂMARA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU | ES**

---

- III – zelar pela integridade física e moral do afilhado;
- IV – seguir as orientações da entidade executora e da autoridade judicial;
- V – assinar termo de compromisso e autorizar visitas técnicas domiciliares, se necessário.

### **CAPÍTULO IV – DAS FORMAS DE APADRINHAMENTO**

**Art. 7º** O apadrinhamento poderá ocorrer por meio de:

- I – visitas regulares;
- II – contatos remotos (ligações, videochamadas);
- III – passeios e convívio supervisionado, conforme plano individual.

**§ 1º** A modalidade de apadrinhamento será definida em plano individual, elaborado pela equipe técnica da entidade executora em conjunto com o infante e autorizado judicialmente.

**§ 2º** Qualquer atividade externa dependerá de autorização judicial específica.

### **CAPÍTULO V – DA ENTIDADE EXECUTORA E DAS ATRIBUIÇÕES**

**Art. 8º** A coordenação, execução e acompanhamento do programa caberá à entidade pública municipal designada pelo Poder Executivo - Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (SAICA), ou, mediante convênio, a Organização da Sociedade Civil regularmente habilitada.

**Art. 9º** Compete à entidade executora:

- I – divulgar o programa;
- II – cadastrar, selecionar e capacitar padrinhos e madrinhas;
- III – elaborar planos individuais de apadrinhamento;
- IV – acompanhar e monitorar os vínculos estabelecidos;
- V – emitir relatórios trimestrais à Vara da Infância e Juventude;
- VI – solicitar autorizações judiciais necessárias à execução do programa;





## CÂMARA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU | ES

---

**VII** – comunicar imediatamente qualquer situação de risco ao infante, propondo a suspensão do apadrinhamento, se for o caso.

### **CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 10** O apadrinhamento afetivo previsto nesta Lei não gera vínculo jurídico de filiação, nem substitui a adoção, sendo atividade de natureza exclusivamente voluntária, supervisionada e autorizada judicialmente.

**Art. 11** É facultado aos órgãos responsáveis buscar parcerias com os demais órgãos e entidades públicas, instituições acadêmicas, sociedade civil organizada, organismos governamentais e não governamentais, visando à boa execução dos objetivos desta Lei.

**Art. 12** O Poder Executivo poderá, se necessário, regulamentar a presente Lei no que couber, por meio de decreto.

**Art. 13** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Câmara Municipal de Baixo Guandu**, aos dezoito dias do mês de Novembro de dois mil e vinte e cinco.



*Assinado  
Digitalmente*

**CLÓVIS PASCOLAR**  
**Presidente**



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://baixoguandu.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 39003400390037003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **CLOVIS PASCOLAR** em 19/11/2025 13:45

Checksum: **FC888492FF1CCF5C446AF90A0D6FAFB3AB9856C103A00F8B907FC6644254B9F2**



Autenticar documento em <https://baixoguandu.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 39003400390037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.